



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de
25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019

Conflitos Políticos e a Expansão dos Prédios Escolares -1920 - 1947

Rebeca Laíse Santos Lima¹; Ione Celeste Jesus de Sousa ²;

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: rebecalaise@gmail.com
2. Orientadora Ione Celeste Jesus de Sousa, Departamento de Ciências humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: ionecjs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

História da Educação – História Política – Prédios Escolares

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa foi abordar e analisar o cenário político feirense no qual foram construídos os grandes prédios escolares durante o período que compreende os anos de 1920 a 1947. A pesquisa pretende investigar os processos e estratégias utilizados pelos grupos políticos feirenses no processo de modernização e urbanização da cidade e de como estes enxergavam a escola como um dos mecanismos para a construção dessa modernidade. O período escolhido para a investigação é um momento onde o discurso de progresso está em alta na concepção de projetos e programas desenvolvidos para a cidade e este discurso de modernidade influencia ações políticas que nortearam a construção dos novos edifícios destinados à escolas. Cunha (2013) em sua dissertação expõe as tramas e estratégias utilizadas pelos grupos políticos para influenciar a opinião popular, como a utilização de Jornais que circulavam na época que defendiam e legitimam a posição do político escolhido. De acordo com Oliveira (2016) em sua análise sobre os projetos de escolarização de Feira de Santana, a escola se constituía como um marco de embelezamento da cidade valorizando o centro comercial e atendendo as necessidades do governo e ainda nesse sentido a historiadora afirma que:

Apesar de pouco enfocada pela historiografia feirense, exceto Sousa (2001; 2012) e Cruz (2001) é visível que naqueles tempos de estratégias de urbanização e modernidade em Feira de Santana, a escola teve um lugar de privilégio nos textos jornalísticos. Vestígios materiais da implantação de prédios escolares na cidade, como símbolo de uma urbanidade que instrui para um *ideal de luz*¹, são ainda visíveis, como no prédio da escola Maria Quitéria, na atual Praça Fróes da Motta que completará cem anos em 2017. (p.34)

¹ Jornal *O Progresso*, 23 de Junho de 1907, p. 01. Sobre o texto *Escola* publicado com um discurso sobre a função da escola enquanto regeneradora de práticas no contexto republicano brasileiro.

De acordo com Veiga no artigo *A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais*, a autora discute as tensões existentes entre o estadual e o nacional na crise que se instala sobre as políticas educacionais, chamando atenção para a expansão das escolas primárias e a construção da nacionalidade, mostrando evidências de que nem sempre o estado e governo nacional conseguiram estabelecer uma ligação entre as suas decisões para as políticas educacionais e estas tensões acabaram por favorecer a política do coronelismo nas regiões locais que vigorou durante a república velha. Dessa forma,

“A estrutura oligárquica, representada pelo coronelismo na Bahia, perpassou de forma marcante toda a primeira república, impedindo, muitas vezes, qualquer ação política centralizadora por parte do governo do Estado que tentava estruturar seu poder político em meio a constantes negociações e relações conflituosas entre os blocos oligárquicos. Durante todo este período o estado foi incapaz de manter e supervisionar os interesses da maioria da sociedade”. (LUZ, 2019, p.8)

É nesse sentido que a pesquisa irá caminhar, se debruçando sobre os conflitos políticos que agitaram o município de Feira de Santana que durante os primeiros anos da República tinha como um dos seus principais objetivos, o projeto de modernização da cidade, onde se investiu de forma maciça na urbanização interligado à práticas de higienização da cidade e esse projeto modernizador acabou por influenciar os projetos de construção das escolas, que é o foco da pesquisa e que nesse período se configuraram como símbolos do poder e prestígio dos seus governantes e em consequência da construção dos prédios escolares temos o início do processo de escolarização feirense.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Identificar nos jornais, memorialistas e nas fontes dos documentos do executivo e legislativo, evidências dos conflitos políticos em Feira de Santana, assim como notícias sobre a construção das escolas e sua importância para a modernização, urbanização e civilidade do município.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Esta proposta de pesquisa tem por objetivo investigar a articulação entre a construção dos grandes prédios escolares públicos na cidade Feira de Santana com o contexto político-econômico, durante o período de 1920/1947. O período de análise inicialmente era muito longo, portanto o período de análise foi reduzido para vinte anos com marco temporal inicial em 1920 que corresponde ao período das primeiras discussões da Intendência feirense para construir prédios escolares na cidade, nos governos de Bernardino da Silva Bahia, secundado por Agostinho Fróes da Mota (OLIVEIRA: 2016). A pesquisa pretende identificar os processos e estratégias utilizados pelos grupos políticos feirenses no para fazer da Escolarização um dos mecanismos para a construção da urbanização e progresso da urbe. O período escolhido para a investigação, 1920- 1947, foi um momento em que/no qual o discurso de Progresso esteve em alta, com a concepção de projetos e programas desenvolvidos para a cidade que se expandia, tendo se tornado, desde a década de 1920, a segunda maior do estado da Bahia. A problemática da pesquisa foi identificar quais as estratégias dos políticos feirenses que nortearam a construção dos novos edifícios escolares.

Poppino (1968) apresenta um conjunto de dados estatísticos sobre expansão de obras e dos serviços públicos na cidade. Dentre aqueles, aborda a “situação educacional” na mesma, indicando dados da expansão e da criação de novas escolas como a Rio Branco, construída em meados dos anos 1920 e informou que a mesma tinha conseguido uma autorização para ter uma classe noturna no mesmo ano e que este é o último registro que se tem de aulas noturnas até meados da década de 1930 é o período em que os registros dessas turmas voltam aparecer. Nesse momento do cenário educacional brasileiro e especificamente o baiano os governos estão preocupados em instalar escolas que dêem conta de formar cidadãos e que acabem com o alto índice de analfabetismo que era um problema para a nação que estava sendo forjada e havia portanto uma grande preocupação com educação dos adultos e nesse sentido temos o surgimento das escolas noturnas, feitas para os trabalhadores que não poderiam frequentar o ensino elementar pois trabalhavam de dia e dessa forma POPPINO (1968) cita o Instituto Nossa Senhora do Rosário, instituição particular, que depois foi transferido para região de Santa Bárbara e que funcionou na formação de professores normalistas. Com base em depoimentos orais o autor informa que em 1919 se estabeleceu na cidade o Colégio de São José, que provavelmente funcionou com uma escola secundarista. Contudo, o autor não encontrou documentação burocrática desta escola.

POPPINO (1968) indica uma razoável quantidade de aulas e escolas particulares nesta cidade até o ano de 1923, que quando somadas às instituições do município e do estado somavam um total de 33 escolas. Contudo, para o autor, referente à população da cidade na época, a relação entre número de escolas e o número de matrículas era pouco. Comparou a quantidade de alunos matriculados até 1950 na cidade de Feira de Santana com a análise para o estado da Bahia em geral. Sua conclusão foi que a população matriculada dos sete aos 14 anos nos dois casos era muito baixa: Feira de Santana com apenas 32 % desta população alvo matriculada; e o estado da Bahia com míseros 33 %.

Referente à expansão das escolas Escolarização e Formação Profissional em Feira de Santana – 1909-1960: a Escola Normal e o Colégio Santanópolis 1920 até 1950, indicou 147 unidades escolares no primário, com gestão dividida em 82 estaduais, 50 municipais e 15 particulares. Destas, 01 de ensino comercial, 01 de ensino normal, 03 de ensino artístico, 01 de ensino pedagógico. Contudo, o autor não distinguiu prédios próprios da Intendência/Prefeitura Municipal ou do Estado dos alugados ou cedidos, informação importante para esta pesquisa que investiga a relação entre a construção de prédios escolares e a política feirense. Em relação à expansão e criação de prédios escolares públicos no Brasil na época da pesquisa dois textos são fundamentais para discutir o ideal de prédios escolares: Marcus Levy Bencostta Luciano Mendes de Faria Filho, o primeiro na coletânea “História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar” é historiador Marcus Levy Bencostta, composta por oito artigos, que reúne autores nacionais e internacionais que escrevem sobre História da Educação e estes estudos tratam da arquitetura escolar e do espaço escolar, evidenciando que essas duas vertentes tem se solidificado com estudos cada vez mais promissores.

No capítulo Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1914), Bencostta apresenta e investiga os primeiros grupos escolares de Curitiba focando nos seus projetos arquitetônicos, expondo que esse discurso de uma moderna pedagogia que tinha por objetivo civilizar a sociedade por meio da educação encontrou dificuldades na sua aplicação prática, dessa forma não atendendo a expectativas do governo. Entres as fontes utilizadas pelo autor, às imagens se destacam como recurso de investigação e as outras fontes, é o documento da regulamentação das escolas e o uso de periódicos regionais. O capítulo oito desta coletânea organizada por Bencostta, Arquitetura Escolar a cidade e a escola rumo ao progresso – Colégio Estadual do Paraná (1943- 1923), de autoria da arquiteta Ana Paula Pupo Correi. O período escolhido para sua investigação é um momento onde o discurso

de progresso está em alta na concepção de projetos e programas desenvolvidos para a cidade e este discurso de modernidade influencia ações políticas que nortearam as construções dos novos edifícios destinados às escolas. Dentre as fontes utilizadas os periódicos e os jornais da época foram de importância fundamental para a constituição do trabalho, assim como Bencostta também utilizou as imagens como recurso. Utilizo também outro artigo de Marcus Bencostta, *Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária* no qual o autor discute a implantação dos primeiros grupos escolares, ressaltando a importância destes para o ideal republicano civilizador, as dificuldades enfrentadas para a instalação deste novo modelo de educação que agora privilegia aqueles que durante o Império estiveram à margem da sociedade. De acordo com Bencostta (2005), a construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltece o novo regime.

O segundo autor que tem a história da educação como campo de atuação e é fundamental para a investigação realizada é o historiador e educador Luciano Mendes de Faria Filho que na sua obra *Dos pardieiros aos palácios. Cultura Escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Focou, em pioneira pesquisa, o estado de Minas Gerais nos primeiros anos da República e investigou os educadores mineiros e suas atuações. Analisou a constituição dos primeiros prédios específicos para escolas, os palácios de instrução, que se diferiam das antigas escolas ou “pardieiros” como as fontes que usou registram. O autor descreve analiticamente como eram estes “palacetes da instrução”: se constituíam com salas de aula amplas e deveriam se localizar no piso superior já que facilitava a circulação de ar, os banheiros que ficavam meio que escondidos já que eram “lugares sujos”. Como referencial teórico metodológico opera os conceitos de representação e apropriação do historiador francês Roger Chartier.

Referente à política feirense dos anos 1920 /1930, Cunha (2013) em sua dissertação faz um importante trabalho ao investigar o processo político em Feira de Santana durante a Primeira República ou “República dos Coronéis”. A autora evidencia ao longo de sua dissertação as estratégias criadas nesse período por esses homens que almejavam o poder político na região e cidade de Feira de Santana, ou que nele já estavam, Considerou que os periódicos existentes nesses primeiros anos de República se constituíram na arma mais poderosa para manipular a opinião pública, colocar a população a favor ou contra do interesse do grupo que detinha influência sobre determinado jornal. Dentre os embates citados por Cunha o ocorrido entre o coronel Abdon Alves e o coronel Tito Ruy Bacelar, então redator do jornal Folha do Norte e também proprietário de outro jornal no período,

“Foi com esse tom que o jornal Folha do Norte apresentou seus lamentos e revolta contra o grupo chefiado pelo coronel Abdon Alves, que no momento estava no poder na intendência da cidade de Feira de Santana, no ano de 1910. A utilização do jornal pelo grupo chefiado pelo coronel Tito Ruy Bacelar para divulgar suas opiniões acerca do cotidiano político feirense, mas acima de tudo defender a posição de certos grupos políticos e de seus projetos, foi uma das estratégias utilizadas por esses sujeitos na disputa pelo poder político em Feira de Santana na “Primeira República” (2013 p.12)

CUNHA (2013) chama atenção para o projeto de remodelamento da cidade e que o ideal republicano do Progresso foi um dos focos de dois Intendentes desse período: o senhor Bernardino Bahia, que assumiu o mandato de intendente em dois momentos (1912- 1915 e 1920 -1923) e o coronel Agostinho Fróes da Motta (REIS: OLIVEIRA:2016). Cunha destaca que ambos faziam parte do mesmo grupo político e a salienta que esses dois políticos tentaram através do genro do primeiro que foi eleito prefeito em 1924 e do Filho do segundo o político Eduardo Froes da Motta que também seguiu carreira política, tentando se candidatar ao cargo de prefeito e assumindo postos de prestígio no governo. A pesquisa de Cunha é importante, pois nos permite vislumbrar a política desenvolvida no período articulada às demandas da política nacional e acompanhar o crescimento da cidade e suas transformações.

Sobre a história da Escola Normal de Feira de Santana, SOUSA (2001) no capítulo “A escola normal e a forja de uma nação”, teceu reflexões sobre a instalação da escola normal em Feira de Santana em duas questões que interessam a esta pesquisa: Primeiro, quanto aos conflitos políticos que gerou, pois muitos questionavam a cidade ser muito próxima a Salvador já que o objetivo do projeto era de instalar as escolas no interior para facilitar a formação de professoras que atendessem nestas regiões tão distantes da capital. Analisou as estratégias de seus políticos para garantir a instalação da mesma, como o argumento a favor que a Cidade de Feira de Santana era a cidade do progresso, e por sua localização de entroncamento como entrada para o sertão e das feiras realizadas aqui, ela se constitua no lugar ideal para a instalação da segunda Escola Normal, já que a primeira foi inaugurada na cidade de Caetité.

Segundo, quando tratou das modificações efetuadas no prédio do antigo Grupo Escolar JJ. Seabra, instalado em 2015 como *Grupo Escolar de Feira de Santana* e tendo recebido este título em 2016, em homenagem ao líder político (OLIVEIRA:2016). Apresentou e analisou a planta original e as modificações que o prédio sofreu em 1927, como a construção e adaptação de pavilhões para adequar as aulas práticas das normalistas (SOUSA:2001). Especificamente sobre a expansão de escolas em Feira de Santana RIBEIRO (2016) enfocou a criação de escolas rurais na década de 1950 em articulação com a política. Sua monografia não discrimina se estas escolas foram criadas em prédios próprios construídos pela prefeitura ou se instaladas em outros tipos de edificações. Sobre a expansão das escolas nas áreas rurais afirma que:

“Em Feira de Santana foram diversos os distritos que tiveram um local designado para alocação da sala de aula, tal lugar em sua grande maioria era nas fazendas, onde a prefeitura denomina escola municipal localizada em determinada fazenda. Diversas portarias encontradas no jornal Folha do Norte ressaltaram que o prefeito preocupado com a quantidade de crianças em determinada localidade sem estudo, resolveu abrir a escola para alfabetizá-las. Porém, as fontes indicam no propósito de escolas rurais as questões políticas envolvidas, pois algumas destas escolas foram instaladas em áreas de influência de vereadores, apontando que o jogo para abertura das escolas poderia determinar sua localização”. (RIBEIRO,2017, p.2)

Diretamente tratando sobre o projeto de urbanização da cidade e a construção de prédios Escolares no período de 1890 a 1920, OLIVEIRA (2016) destaca que a cidade de Feira de Santana, assim como outras cidades no Brasil, iniciou um processo de modernização com reformas urbanas a fim de atender o novo ideal republicano, que tinha na educação uma das suas bases, pois com a educação eles conseguiriam transformar a sociedade, temos portanto na cidade de Feira de Santana nesse primeiro momento a instalação de três grupos escolares. De acordo com a pesquisa de OLIVEIRA (2016), o primeiro professor municipal nomeado de Feira de Santana foi Geminiano Alves da Costa, em 1919, antigo professor feirense atuante tanto nas aulas públicas municipais, como nas aulas para pobres ofertadas na Irmandade de São Benedito desta cidade.

OLIVEIRA (2016) destaca que em Feira de Santana foram dois intendentess municipais, os coronéis Bernardino Bahia e Agostinho Fróes da Motta, os grandes responsáveis pelas reformas urbanas, expansão do comercial e industrial, abertura de novas vias para ferrovia. Sobre suas práticas a autora argumenta que:

“Naquele contexto, como em outras capitais e cidades de grande, médio e pequeno porte no Brasil, a cidade de Feira de Santana entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX passou por mudanças fundamentais que produziram novos modelos de organização e de vida social. Segundo Pereira e Herschamann (1994) influência de propostas de sanitaristas, engenheiros e intelectuais em geral deste período foi significativa na edificação de políticas de intervenção urbana e social, incorporando novas concepções de cidade, com a escola na tentativa de desempenhar uma função importante nesse processo como formadora dos novos cidadãos”. (OLIVEIRA, 2016 p.24-25)

Esta dissertação é fundamental nesta proposta de pesquisa por apresentar uma análise no campo da História da Educação sobre uma Feira de Santana que buscava a modernização. Enfoca, de forma pertinente, as relações entre a criação e expansão da implantação do modelo que foi projetado na educação e a política feirense daqueles anos. Dando continuidade a pesquisa de OLIVEIRA (2016), nesta investigação retomei o levantamento de plantas para construção de escolas, que estão no acervo do arquivo público de Feira de Santana. Uma destas plantas se refere a uma escola denominada Pinóquio, em 1960, situada na Barão de Cotegipe. Outra é referente uma escola técnica, mas não possuía o nome específico no catálogo, em 1959 e seria Instalada no Sobradinho.

No acervo do Arquivo Público de Feira de Santana (APMFSA) também existem documentos referentes a contratos de licitação e desapropriação de terrenos para escolas da década de 1910/20 (OLIVEIRA: 2016). Três dessas escolas foram foco de minhas pesquisas de Iniciação Científica desenvolvidas anteriormente: o Grupo Escolar J.J. Seabra, A Escola Estadual Maria Quitéria, concluída em 1917 por Agostinho Fróes da Mota. Este estabelecimento funcionou ininterruptamente por cem anos, sendo seu último ano de funcionamento 2018 e constituiu-se na mais longa escola em atividade na cidade de Feira de Santana com um século de vida, e a escola João Florêncio, onde funciona atualmente a sede do Arquivo público de Feira de Santana (APMFSA). Todos os três prédios escolares foram construídos nos governo do Intendente Agostinho Fróes da Motta (OLIVEIRA:2016) , um dos personagens mais poderosos da historiografia feirense.

POPPINO (1968) sobre a expansão das escolas em Feira de Santana enfatiza que no ano de 1937 a cidade tem seu primeiro grande projeto focado na construção das escolas, ele coloca que nesse período a cidade passou por grandes transformações urbanísticas, foi um momento de grande desenvolvimento na cidade, temos nesse período a construção do Colégio Leonídio Rocha que funcionava só para meninos e a Escolas Reunidas Graça Lessa, que funcionava no primeiro batalhão da Polícia Militar em Feira de Santana. Ao olhar para cenário político nacional nas décadas de 30 e 40 e relacionarmos eles com os dados pesquisados, textos lidos, observa-se uma grande preocupação para com o analfabetismo da população, o analfabetismo impedia que boa parte da população votasse-se, só em 1932 as mulheres conseguem o direito de voto e engrossam a massa de cidadãos que se alfabetizados teriam direito ao voto e nesse período também que temos como a instalações de instituições de caridade preocupadas com a educação de mulheres e crianças pobres. O governo inicia uma série de medidas para o combate a este grave problema, criando escolas na capital e com a grande demanda temos também o início do processo de interiorização das escolas passa a ser uma ferramenta para conseguir os objetivos propostos, que é de ter uma Bahia nos rumos

do progresso e foi necessário a instalação de escolas de formação para criar recursos humanos para as escolas fundadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

A pesquisa permitiu levantar mais dados sobre a relação entre política e expansão escolar na cidade de Feira de Santana, contribuindo para as reflexões que vêm sendo efetuadas pelo Grupo HISTEICE no âmbito do projeto “Escolarização e Formação Profissional em Feira de Santana – 1909-1960: a Escola Normal e o Colégio Santanópolis”. Os dados indicam, ainda que insuficientemente em razão das dificuldades de acesso às fontes empíricas, ocorreu uma expansão na instalação de escolas, tanto na área urbana quanto na área rural, articuladas às políticas do Estado/Município. A destacar que os prédios escolares públicos seguiram um modelo arquitetônico da época combinando com projeto de remodelação da cidade e a localização das mesmas sempre em pontos visíveis, se constituindo num símbolo de poder dos grupos governantes.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária**. In:STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs.) **História e memórias da educação no Brasil**. Vol.III. PETRÓPOLIS: Editora Vozes, 2005.

BENCOSTTA, Marcus. Levy Albino. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. SP: Cortez; 2005.

CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. **Aos coronéis e os outros : sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)**. Feira de Santana, UEFS - PPGH - Mestrado em História, 2013. Orientação Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto.

CORREIA, Ana Paula Pupo. **Arquitetura Escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso – Colégio.Estadual do Paraná (1943 – 1953)** In: BENCOSTTA, M. L. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. SP: Cortez; 2005.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios. Cultura Escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.

LUZ, José Augusto Ramos da. **Educação, Sociedade e Infância na Bahia Republicana**. In: LUZ, José Augusto Ramos da. e MIGUEL, Antonieta. (orgs.) **História da Educação na República: instituições, culturas escolares e trajetórias docentes**. Editora CRV,2019.

OLIVEIRA, Daiane Silva. **INSTRUÇÃO DE POBRES E NEGROS EM FEIRA DE SANTANA: As Escolas do Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920)**. Feira de Santana, UEFS- PPGH-Mestrado em História, 2016.Orientação Profª Drª Ione Sousa.

RIBEIRO, Juliana Mangabeira . **TEMPOS DE ALFABETIZAR:AS ESCOLAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA**. 1955-1963.

Semic2016.<http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3201>

SOUSA, Ione. **Garotas tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana**. SP:EDUC/PUC. 2001.

VEIGA, Cynthia Greive.**A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais**. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 2012. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38510>

